



Nota de Abertura

Caminhos para melhores aprendizagens

O Programa do XXII Governo inscreve vários dos objetivos para o desenvolvimento do sistema educativo em dois eixos fundamentais: o combate às desigualdades e a transição digital. Parecendo independentes, cruzam-se e alimentam-se. Um cidadão sem literacia digital e de informação é mais vulnerável a campanhas de informação falsa e menos competitivo e, por isso, mais fragilizado no exercício dos seus direitos e deveres. A baixa literacia é, pois, combustível para o aumento das desigualdades. Por outro lado, uma escola que não é garantia de mobilidade social falha na sua missão, porque não é instrumento de combate à desigualdade.

Muito se tem falado sobre a proposta de elaboração de um plano de não retenção para o Ensino Básico. Alguns tentam reduzir esta intenção a um nível de conversa de café, dizendo que agora se quer que todos os alunos passem de ano, independentemente do que sabem. Ora, nem isto está no Programa do Governo, nem seria séria uma proposta desta natureza. O que se pretende, conforme explicitado, é desenvolver um conjunto de ações que contribuam para melhorar as aprendizagens dos alunos, de forma a que a retenção não seja necessária, uma vez que todos aprenderam.

Felizmente, temos acumulado um conjunto alargado de experiências, que foram todas alvo de pilotagem e avaliação, permitindo-nos identificar a eficácia de medidas adotadas em contextos diferenciados: todo o trabalho do Programa Nacional para a Promoção do Sucesso Escolar permite, após três anos, identificar as opções de organização curricular que mais resultados deram; a avaliação do Apoio Tutorial Específico permite saber quais as estratégias tutoriais que alteraram comportamentos dos alunos; o movimento Escola sem *Bullying*/Escola sem Violência permite identificar as práticas e recursos mais eficazes na redução da indisciplina; o Projeto Piloto de Inovação Pedagógica, já avaliado, e os Planos de Inovação desenhados ao abrigo da Portaria 181/2019 permitem testar formas de organização na avaliação, nos planos de recuperação, na organização das turmas que podem ser implementados noutras escolas. Cito apenas alguns exemplos, mas poderíamos continuar a elencar as muitas ações que, ao longo dos anos têm permitido que muitas escolas quase tenham erradicado a retenção. Fazem-no com esforço, empenho e muito trabalho, e não como um ato administrativo. E, sobretudo, mostram que é possível.

É amplamente sabido que a retenção em Portugal tem três características: é elevada - quando comparada com outros países; é socialmente determinada - porque o principal preditor é o contexto socioeconómico da família do aluno; é pedagogicamente pouco eficaz - porque os alunos não se tornam melhores por repetirem um ano e tendem a voltar a repetir. Importa, por isso, dar às escolas as melhores condições para que a retenção diminua, porque se trabalha prioritariamente com os alunos de contextos mais desfavorecidos e porque se desenvolvem recursos humanos, pedagógicos e infraestruturais potenciadores de aprendizagens efetivas.

Este trabalho implica alocação de recursos, como tem vindo a ser feito. Durante a última legislatura, foram alocados quase 800 professores ao PNPSE, reforçado o crédito horário dos Agrupamentos TEIP, distribuídas várias dezenas de milhar de horas de componente letiva para o Apoio Tutorial Específico, contratados mais 300 psicólogos. Este reforço de recursos humanos deverá estar associado à avaliação da sua eficiência, para que tenhamos mais recursos nas medidas mais eficazes. É a continuidade de reforço de meios que este plano também prevê: uma alocação eficiente de recursos para o desenvolvimento de uma escola em que todos aprendem.

Com recursos, intencionalidade pedagógica e acreditando que todos têm o direito a aprender, o objetivo de consolidar o trabalho progressivo de redução e eliminação da retenção pode não ser visto como algo estranho.

Um sistema de saúde deve ter como objetivo a prevenção de todas as doenças.

Um sistema de segurança deve ter como objetivo a erradicação de todos os crimes.

Será assim tão estranho que um sistema educativo tenha como objetivo a erradicação do insucesso?

João Costa, Secretário de Estado Adjunto e da Educação